ICM@Trabalho
RELATÓRIOS
América Latina – Caribe

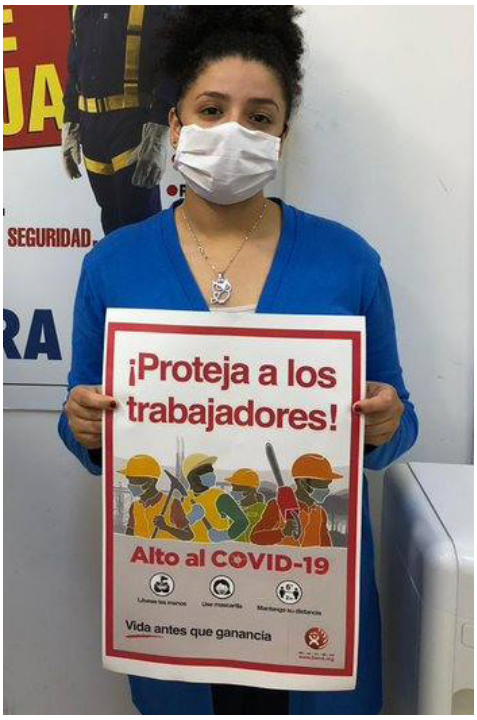
15 de maio de 2020

Respostas sindicais à pandemia de COVID-19 – Parte 1

A. SITUAÇÃO DE PANDEMIA REGIONAL: IMPACTO SOBRE OS SETORES DA ICM

1. Impacto sobre os setores da ICM e trabalhadores afetados

Pelo menos dez países da América Latina iniciaram um lockdown com controles rígidos sobre a circulação de pessoas. A duração do lockdown e o nível de flexibilidade são diferentes, bem como seu sucesso relativo no controle da disseminação do COVID-19. Outros nove países realizaram lockdowns "recomendados" ou "específicos por área".



A Argentina alcançou bons resultados no controle da pandemia. A imposição da quarentena foi acompanhada de medidas para evitar a fome e proteger o trabalho. Além disso, o governo investiu na produção de suprimentos médicos e aplicou o congelamento de preços para itens básicos. O presidente da Argentina, Alberto Fernandez, afirmou que atualmente está considerando "uma série de protocolos para a abertura de atividades econômicas". Por outro lado, o Equador está enfrentando uma situação caótica e conflituosa devido ao seu já debilitado sistema de saúde , uma situação radicalmente prejudicada pelo atual governo de orientação neoliberal. Em 7 de maio, a prefeita da cidade de Guayaquil informou que um terço dos 2,7 milhões de habitantes estavam infectados. O país adotou agora um "sistema de semáforo" com zonas vermelhas, amarelas e verdes de acordo com a curva de infecção, capacidade de teste, infraestrutura de saúde, número de solicitações de atendimento médico e nível de cooperação dos cidadãos. Dessa forma, o governo espera poder suspender gradualmente o lockdown e introduzir medidas de distanciamento social. O país inteiro foi originalmente classificado como zona vermelha, o que significa que a maioria das restrições permanece em vigor. Em um momento em que vários países do mundo, inclusive na região da América Latina, estão reduzindo suas medidas de lockdown, no dia 7 de maio El Salvador impôs medidas mais rígidas e as manterá pelo menos até 21 de maio. No Brasil, o lockdown varia de um Estado para outro. O setor da construção continua operando em várias cidades do país, exceto onde as empresas fecharam por um tempo, para atender às diretrizes estaduais ou municipais. Em 7 de maio, o Presidente Jair Bolsonaro anunciou que a construção e outros setores seriam incluídos na lista de atividades essenciais. Como resultado disso, essas atividades econômicas foram autorizadas a operar, apesar das restrições estabelecidas pelos estados e municípios. A Nicarágua não adotou nenhuma restrição. Nesse caso, o Presidente Daniel Ortega declarou no rádio e na televisão que uma quarentena obrigatória para enfrentar o coronavírus "destruiria o país".

A crise do coronavírus impactou a economia da região da América Latina e Caribe (ALC) de cinco maneiras principais: 1. redução do comércio internacional; 2. queda nos preços dos produtos primários; 3. intensificação da aversão ao risco; 4. piora das condições financeiras globais e 5. menor demanda por serviços turísticos e redução de remessas.

Know more about BWI and Affiliates' COVID-19 Responses at:
https://odoo.bwint.org/cms/covid-19-union-response-1689

As estimativas são de que, em 2020, o valor das exportações da região da ALC caia cerca de 15%. Os maiores impactos ocorrerão nos países da América do Sul devido ao volume de bens primários e aos seus baixos preços de mercado. Por sua vez, o valor das exportações da América Central, Caribe e México sofrerá o impacto da desaceleração da economia dos EUA.

As expectativas de crescimento do setor de construção em 2020 foram reduzidas devido à pandemia. Anteriormente, era esperado um crescimento global de 3,1% para o setor mas, agora, isso foi reduzido para cerca de 0,5%. Para combater a crise econômica, os governos talvez procurem aumentar o investimento em infraestrutura, beneficiando-se das baixas taxas de juros. No entanto, sua capacidade de ação pode ser limitada em países altamente endividados. Embora a silvicultura não tenha sido impactada pelo lockdown na maioria dos países por ser considerada parte do setor agrícola, a demanda por produtos desse setor depende muito da atividade industrial e a produção de produtos de madeira, como móveis, foi em grande parte paralisada.

Incluindo trabalhadores formais e informais, os sindicatos da ICM representam mais de 11,600,000 pessoas no setor de construção na América Latina e no Caribe. Segundo a OIT, a densidade de filiação sindical na América Central e no Caribe é de 8,9%, enquanto que na América do Sul é de 15%.

No período de 2012 a 2017, o setor de construção representou entre 7% e 8% da população economicamente ativa na América Latina e no Caribe. No entanto, a situação de emprego não é homogênea. Por exemplo, no setor de construção, Peru e Costa Rica tiveram desempenho positivo em 2018, enquanto o Brasil teve saldo negativo devido à crise política e econômica daquele período. A crise da COVID-19 pode afetar o tamanho da força de trabalho, mas, em alguns casos, em um futuro próximo, a força de trabalho poderá aumentar, principalmente se o setor servir como meio para a recuperação econômica.

América do Sul. Na Argentina, os empregos no setor de silvicultura estão ameaçados porque as empresas estão registrando uma queda nas vendas e inadimplência de clientes. As estimativas são de que as empresas madeireiras reduziram suas vendas em mais de 70% em abril e apenas 25% mantiveram os níveis planejados de exportação. No Chile, o setor de construção não parou completamente, mas, de acordo com a Câmara de Construção do Chile, o emprego no setor cairá 12% em 2020 devido aos efeitos da crise e 75.000 empregos serão perdidos. No Brasil, estima-se que o número de trabalhadores que tiveram seus salários e horas de trabalho reduzidos ou contratos suspensos como consequência da crise de COVID-19 seja superior a 7 milhões ou 21% do total da força de trabalho formal do setor no país.

América Central e Caribe. No Panamá, no fim de abril, o governo prorrogou o lockdown por 30 dias. Muitas empresas optaram por fazer os trabalhadores tirarem suas férias anuais. No entanto, o sindicato SUNTRACS conseguiu negociar salários básicos e adiantamentos do 13º salário para trabalhadores dos setores de construção e materiais de construção. Na República Dominicana, quase 800.000 trabalhadores tiveram seus contratos suspensos sob as disposições de uma lei que autoriza suspensões por 90 dias em caso de desastre. O governo fornecerá aos trabalhadores afetados um subsídio de cerca de US$ 200 por mês.

2. Caminhos e acordos de parceiros sociais em relação às políticas de COVID-19

Várias medidas foram adotadas pelos governos em termos de regulamentação do trabalho ou proteção dos trabalhadores devido à pandemia de COVID-19. As estratégias variaram. Alguns países estenderam a cobertura da proteção social, mas a maioria dos países introduziu legislação trabalhista mais flexível, além de ajudas de custo modestas. Abaixo estão alguns exemplos das diferentes políticas e/ou acordos do governo que foram estabelecidos:

Argentina. Programa de Recuperação Produtiva (REPRO): o objetivo desse programa é apoiar a renda dos trabalhadores nos setores produtivos afetados pela crise. O governo fornece um subsídio salarial para parte do salário mensal dos trabalhadores das empresas afetadas. Em 1 de abril, o Presidente Alberto Fernandez emitiu um decreto proibindo demissões "sem justa causa e por motivos de falta ou redução de trabalho e força maior" por 60 dias.

Brasil. O governo federal emitiu duas Medidas Provisórias (MPs) devido à pandemia. A MP 927, de 22 de março de 2020, possibilitou a assinatura de um contrato individual por escrito (esvaziando os sindicatos e reduzindo os direitos garantidos por lei) sobre itens como períodos de férias individuais e coletivas, remuneração por hora e inspeção do trabalho. Além disso, estabeleceu que os contratos de trabalho poderiam ser suspensos,

independentemente da intervenção do sindicato, por até 4 meses, sem garantia de pagamento aos funcionários. Diante de repercussões negativas e de ações sindicais, porém, o governo revogou essa disposição específica. Posteriormente, em 2 de abril, foi publicada uma nova Medida Provisória, a MP 936, que permite um acordo individual sobre a redução proporcional na jornada de trabalho e nos salários (em até 70%), além da suspensão temporária do contrato de trabalho. Também prevê o pagamento de um benefício de emergência, financiado pelo governo, para compensar parcialmente a redução dos salários dos trabalhadores.

Cuba. Apoio salarial a pessoas em situação vulnerável: idosos e pessoas mais vulneráveis e em risco de infecção por COVID-19 receberão 100% de seu salário durante o primeiro mês em que ficarem em casa e, a partir do segundo mês, 60% do salário.

Colômbia. A Circular 21 de 2020 ampliou as possibilidades jurídicas de trabalho remoto sem a aplicação de disposições sobre jornada de trabalho, horas extras ou trabalho noturno. O empregador também tem o direito de reduzir ou estender a jornada de trabalho. Os empregadores podem exigir que um trabalhador tire férias individuais ou coletivas antecipadamente, mesmo que ele tenha concluído o ano de trabalho. Além disso, a Resolução 803 de 2020, que trata da suspensão temporária de atividades e demissões coletivas, não ofereceu liberdade total ao empregador. No caso de demissões em massa, o juiz trabalhista deve primeiro determinar a existência de força maior.

Costa Rica. Quando a receita de uma empresa do setor privado tiver sido reduzida em pelo menos 20% em relação ao mesmo mês do ano anterior em consequência clara da emergência nacional, ela pode iniciar a redução na jornada de trabalho. O empregador determinará o acordo coletivo de trabalho que será afetado e deverá solicitar autorização do Conselho Nacional de Inspeção. A redução da jornada de trabalho é uma medida temporária que será estabelecida por um período de até três meses. O salário será reduzido proporcionalmente à redução da jornada de trabalho e os encargos sociais serão aplicados ao salário efetivamente recebido. Se o salário for inferior à contribuição mínima estabelecida pela Previdência Social da Costa Rica, o salário mínimo será aplicado.

Equador. O Acordo Ministerial MDT-2020-077 permite que o empregador adote a redução, modificação ou suspensão da jornada de trabalho por motivos de emergência, sem rescindir o vínculo empregatício ou o contrato de trabalho. O funcionário deverá repor o tempo não trabalhado. Uma vez suspenso o estado de emergência, a reposição será de até três horas por dia e/ou até quatro horas aos sábados.

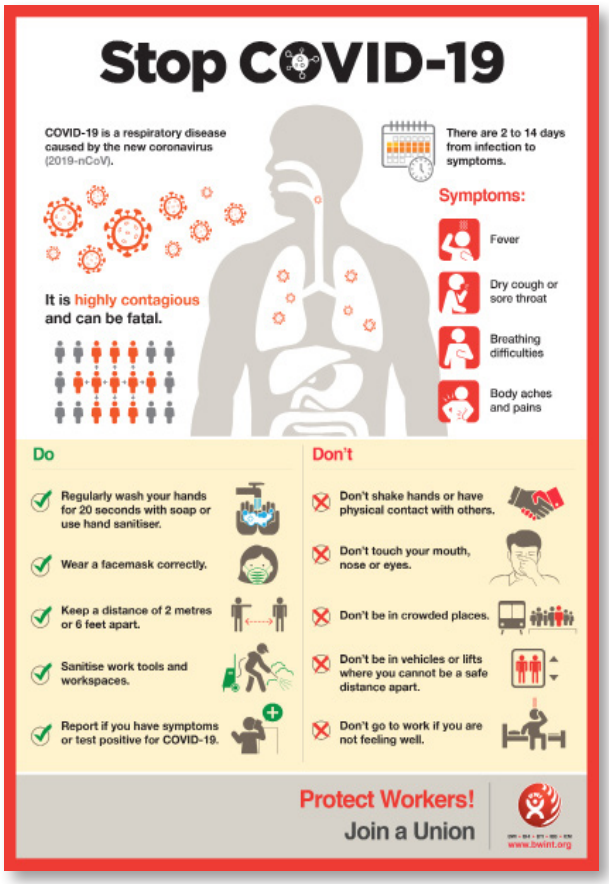
Peru. O decreto de emergência 38/2020, de abril de 2020, estabeleceu medidas governamentais para combater os efeitos econômicos da pandemia por meio da suspensão total do trabalho (ou "Suspensión Perfecta de Labores"). Isso se refere à interrupção temporária da obrigação do trabalhador de prestar o serviço e da obrigação do empregador de pagar a respectiva remuneração, sem rescindir o vínculo empregatício. Entre as consequências dessa medida, a administração da Staedtler no Peru anunciou o fechamento total da produção entre 11 de maio e 9 de julho, sem pagamento de salários ou benefícios.

B. ICM E SEUS AFILIADOS EM AÇÃO

1. Proteção ao emprego e salário

Brasil. Os sindicatos brasileiros afiliados à ICM mobilizaram sua base de membros e representantes no Congresso Nacional para se opor à MP 927, publicada pelo Presidente Jair Bolsonaro em 22 de março de 2020, que permitia a suspensão temporária dos contratos de trabalho por quatro meses sem remuneração e sem consultar os sindicatos. No dia seguinte, porém, após pressão sindical e parlamentar, o presidente foi forçado a revogar a MP 927.

Peru. Os trabalhadores com respaldo de ACTs nos setores de materiais de construção Peru conseguiram proteger seus empregos salários integrais. SITRAFAPESA, SITRACESANLO, FETRACEPPE e SUTFACAP negociaram com êxito a suspensão temporária do trabalho sem afetar os direitos e benefícios dos trabalhadores, conforme estabelecido em seus ACTs.



Panamá. O sindicato SUNTRACS do Panamá negociou um acordo tripartite com o Ministério do Trabalho Desenvolvimento do Trabalho (MITRADEL) e a Câmara Panamenha de Construção (CAPAC) para garantir salários dos trabalhadores da construção que atualmente estão trabalhando devido à quarentena imposta desde de março. Cada trabalhador receberá férias remuneradas antecipadamente, US$ 80 por mês do fundo solidário do Panamá ("Plan Panamá Solidario"), alimento e uma contribuição solidária de US$ 60 por mês paga diretamente pelo sindicato.

Honduras. O SITRAINCEHSA e a Cementos Argos estavam no início das negociações para renovar o acordo coletivo trabalho em 7 de março, quando a emergência começou. A empresa foi paralisada, mas concordou em pagar salário integral dos funcionários. Em comparação, o restante país não tem outras garantias além da ajuda alimentar governo, distribuída de maneira muito irregular.

Venezuela. O SUNTIMAVEN chegou a um acordo com a empresa MASISA para garantir salários e benefícios a seus trabalhadores no meio da quarentena decorrente da COVID-19. O acordo abrange todos os trabalhadores formais das fábricas de processamento de matérias-primas localizadas no sul do país, além de outras fábricas que fazem parte da cadeia produtiva.

2. Saúde e segurança no local de trabalho

Argentina. No setor de construção argentino, a UOCRA chegou a um acordo com a Câmara Argentina da Construção (CAMARCO) por meio do espaço tripartite denominado "Mesa de Coordenação do Setor da Construção" estabelecido pelo governo federal. Como parte do acordo, foi desenvolvido um protocolo de saúde e segurança para gerenciar os riscos da COVID-19 a fim de permitir a continuação do trabalho no setor. Assim, as atividades do setor recomeçaram lentamente em algumas regiões do país. Cada governador ou prefeito deve enviar uma solicitação para aprovação de obras particulares.

Brasil. Devido à pandemia de COVID-19, o SINTRAPAV Paraná assinou um acordo com a Klabin, no projeto de processamento de celulose Puma II, para a proteção de 6.000 trabalhadores da construção durante a suspensão temporária dos contratos de trabalho. Para voltar às suas casas, os trabalhadores tiveram direito a vale-transporte, pagamento de salários e benefícios. Depois de algumas semanas, os trabalhadores estão retornando gradualmente ao trabalho, seguindo um rigoroso protocolo de saúde e segurança.

Bermudas. O Sindicato Industrial das Bermudas (BIU) lançou uma campanha maciça de informações para promover medidas preventivas contra a COVID-19. Em uma entrevista coletiva nacional realizada em março, o BIU incentivou seus afiliados e o público em geral a respeitar as medidas de saúde e segurança do governo. O BIU expressou sua prontidão de negociar com os empregadores no caso de medidas drásticas impostas ao emprego de longo prazo.

3. Acordos Marco Internacionais (AMIs) e envolvimento de empresas multinacionais

Líderes sindicais do STI Químicos de São Carlos, SINTICOMP Prata e STIQFM Manaus do Brasil, e do SUTFACAP, Peru, que representam os trabalhadores da multinacional Faber-Castell, monitoraram a situação

de trabalho na empresa por causa da pandemia. A ICM e a empresas assinaram um AMI. No Brasil, a Faber-Castell instalou verificações térmicas de temperatura dos trabalhadores na entrada das fábricas para isolar os trabalhadores com sintomas de COVID-19 e os grupos de risco receberam licença especial. Além disso, os sindicatos negociaram com a empresa outras medidas de distanciamento social, como escalonamento dos períodos de refeições, da entrada e saída da empresa e limitação do número de trabalhadores nos veículos da empresa.

Na véspera da Assembleia Geral Ordinária da LafargeHolcim em 12 de maio de 2020, na Suíça, seus trabalhadores e subcontratados em todo o mundo, representados pela ICM, IndustriAll e Federação Europeia de Trabalhadores da Madeira e da Construção (EFBWW), publicaram uma declaração conjunta aos acionistas da empresa. No documento, eles pediram a proteção de empregos e a manutenção de salários e garantias para a segurança e a saúde da força de trabalho em todo o mundo, incluindo trabalhadores subcontratados.

4. Apoio a trabalhadores migrantes

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o fluxo de remessas financeiras de trabalhadores migrantes para seus países de origem na região da ALC pode ser reduzido em 10% a 15% em 2020 e levar de 4 a 8 anos para alcançar novamente os níveis de 2019. Na América Central e no Caribe, essas remessas são muito importantes para a economia local: nos últimos 20 anos, no Haiti, elas representaram mais de 30% do PIB; em El Salvador e Honduras, cerca de 20%; na Jamaica, Guatemala e Nicarágua, mais de 10%.

O relatório da ECLAC indica ainda que, nos Estados Unidos, o principal país de destino da região para migrantes, a pandemia está afetando setores que tradicionalmente empregam esses trabalhadores. É o caso do setor de construção: em 2018, 20,6% dos migrantes dos países da ALC estavam empregados no setor de construção e manutenção.

Na América do Sul, o Ministério Público do Trabalho emitiu a Nota Técnica nº 09/2020, que reforça o combate à discriminação contra trabalhadores estrangeiros no país, mas, ao mesmo tempo, proíbe a busca ativa de trabalhadores no exterior. Na Venezuela, milhares de migrantes venezuelanos tentaram voltar para casa em seu país devido às dificuldades impostas pelo lockdown na Colômbia. Muitos deles trabalhavam no setor de construção e ficaram desempregados porque os projetos foram paralisados.

Para ajudar os trabalhadores migrantes na Argentina, principalmente bolivianos que trabalham em fábricas de tijolos e que ainda não são beneficiários do subsídio familiar do governo, a UOLRA está negociando para incluí-los no plano de renda familiar de emergência (IFE). O subsídio especial é de 10.000 pesos (cerca de US$ 156) por 4 meses. A UOLRA visa compensar a perda de renda desses trabalhadores devido ao fechamento temporário de pequenas fábricas. Além disso, a UOLRA lançou a segunda edição do passaporte dos trabalhadores de tijolos ("Pasaporte Ladrillero"), um documento publicado pela OIT que contém informações úteis para trabalhadores migrantes na Argentina.

5. Ações humanitárias

A Federação dos Trabalhadores da Construção Civil (FTCCP) do Peru está negociando com a Câmara Peruana da Construção (CAPECO) para garantir que cada trabalhador informal da construção receba um bônus especial de 380 novos sóis (equivalente a US$ 100), que o governo está oferecendo como assistência social.

A Federação Nacional dos Trabalhadores da Construção, Madeira e Materiais de Construção (FENTICOMMC) da República Dominicana organizou brigadas de trabalhadores e líderes sindicais para distribuir 2300 pacotes de alimentos e suprimentos aos trabalhadores do setor. A federação informou que, devido à situação de quarentena total, muitos trabalhadores independentes da construção, sem emprego estável, ficaram desempregados devido ao lockdown.

O SNTC em Cuba, parceiro fraterno da ICM, apoiou seus membros nas obras de abastecimento de água de Havana, pois a região está passando por uma seca muito forte. Da mesma forma, monitorou a manutenção e os serviços de hospitais e outras instalações de atendimento às pessoas afetadas pela COVID19.

SUNCA e SOIMA, do Uruguai, STICC-POA do Brasil, e UOLRA, da Argentina, também realizaram a distribuição de alimentos e produtos de higiene para membros e comunidades locais.

Devido ao lockdown, em todo o mundo houve um aumento na violência doméstica e, em alguns casos, nos feminicídios. O Escritório Regional da ICM está elaborando uma campanha sobre esse assunto, porque estudos mostram que ele se tornou muito comum na Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras e México, entre outros. Em muitos países, esse problema se tornou tão urgente quanto o perigo da própria COVID-19.

6. Organização e retenção de membros

Os sindicatos da ICM na região têm conduzido seus programas e ações sindicais de acordo com a escala do lockdown. Como organizações representativas, eles apresentaram demandas aos governos e empregadores para garantir a proteção do emprego e dos salários, além de manter os locais de trabalho seguros. Também foram realizadas ações humanitárias de sindicatos no Panamá, Peru, República Dominicana, Brasil e Cuba como forma de garantir contato com os seus membros e manter sindicatos relevantes no cotidiano de trabalhadores e de suas famílias. Esses esforços contribuíram para a retenção de filiados.

O Sindicato Nacional da Construção e Serviços da Guatemala (SINCS-G) também distribuiu pacotes de alimentos e inaugurou seu primeiro centro de treinamento para trabalhadores da construção civil que operará em parceria com a Universidade de San Carlos, Guatemala.

Por outro lado, a FETRACOM-República Dominicana organizou uma série de webinars sobre direitos trabalhistas, questões juvenis e direitos dos migrantes, indicando sua mudança para a difusão digital.

7. Matriz de ações relativa às sete convergências da ICM

CONVERGÊNCIA DA BWI	RESUMO DE AÇÕES E RESULTADOS EM RELAÇÃO À PANDEMIA DE COVID-19
	Os sindicatos participaram de uma série de ações para defender os direitos adquiridos ou combater medidas para flexibilizar a legislação trabalhista. As estratégias incluíram pressão sobre parlamentares e negociações com empresas e governos. Essas negociações resultaram em acordos bipartites e tripartites. As principais questões abordadas nesses acordos são a proteção de empregos, salários e benefícios, o respeito aos ACTs existentes e a correta aplicação da legislação atual de gerenciamento de crises. Além disso, sindicatos como SUNTRACS (Panamá), FENTICOMMC (República Dominicana) e FTCCP (Peru) se solidarizaram com os trabalhadores informais do setor, buscando estender a eles os mesmos direitos e benefícios recebidos pelos trabalhadores formais demitidos ou temporariamente desempregados.
	Os sindicatos participaram do desenvolvimento de protocolos de segurança e saúde ocupacional. Essas ações foram mais bem-sucedidas quando empresas ou associações industriais estavam abertas a um amplo diálogo social, como no caso da UOCRA na Argentina e do SINTRAPAV-PR no Brasil. Nas negociações entre o STI Químicos de São Carlos, o SINTICOMP Prata e o STIQFM Manaus, do Brasil, e o SUTFACAP do Peru, a Faber-Castell usou verificações de temperatura na entrada das fábricas para isolar os trabalhadores com sintomas de COVID-19 e concedeu licença especial aos grupos de risco. Além disso, os sindicatos do Caribe pedem que os protocolos de segurança sejam respeitados, especialmente a adoção de medidas de higiene e de distanciamento social.
	Jovens líderes sindicais do Panamá, Chile, República Dominicana, Curaçau e Colômbia realizaram reuniões virtuais para discutir os efeitos da COVID-19 em seus países. Nas reuniões, eles trocaram informações sobre as várias medidas que seus governos implementaram durante a pandemia em relação à proteção do emprego e da renda. Além disso, os sindicatos procuraram estabelecer escolas de formação profissional ligadas a eles, como fez o SINCS-G da Guatemala.

	As trabalhadoras grávidas são consideradas uma categoria de trabalhadores em risco especial se forem infectadas pela COVID-19. Portanto, em muitos países, elas foram incluídas em medidas para conceder licença remunerada especial a trabalhadores em risco, caso não possam realizar teletrabalho, por exemplo, nas fábricas da Faber-Castell no Peru e no Brasil. Com o aumento do feminicídio e da violência doméstica em resultado das medidas de lockdown, o Escritório Regional da ICM está desenvolvendo uma campanha regional sobre o assunto, focando em países prioritários, incluindo Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Honduras e México.
	A Confederação dos Trabalhadores Florestais (CTF) do Chile, a Federação dos Trabalhadores da MASISA (FETRAMAS) e a Federação Nacional dos Sindicatos da ARAUCO (FENASID) acompanharam de perto a implementação dos protocolos de segurança e saúde ocupacional (SSO) no trabalho e garantiram melhores medidas de biossegurança, especialmente no caso de operações contínuas do setor de silvicultura. Elas garantiram que não houvesse redução nos salários, mesmo para aqueles que receberam opções de teletrabalho, durante o lockdown por causa da COVID-19.
	A região da ALC não está envolvida em nenhum megaevento esportivo durante esse período de relatório.
	O SUNTIMAVEN chegou a um acordo com a empresa MASISA para garantir salários e benefícios a seus trabalhadores no meio da quarentena por causa da COVID-19. O acordo abrange todos os trabalhadores formais das fábricas de processamento de matérias-primas localizadas no sul do país, além de outras fábricas que fazem parte da cadeia produtiva. Na véspera da Assembleia Geral Ordinária da LafargeHolcim em 12 de maio de 2020, na Suíça, seus trabalhadores e subcontratados em todo o mundo, representados pela ICM, IndustriAll e EFBWW, fizeram uma declaração conjunta aos acionistas da empresa. No documento, eles pediram a proteção de empregos e a manutenção de salários e garantias para a segurança e a saúde da força de trabalho em todo o mundo, incluindo trabalhadores subcontratados.

La ICM es una Federación Sindical Internacional que agrupa a sindicatos libres y democráticos con afiliados en los sectores de construcción, materiales de construcción, madera, silvicultura y afines.

La ICM cuenta con 334 sindicatos afiliados, los cuales representan al rededor de 12 millones de miembros en 130 países. La sede se encuentra en Ginebra, Suiza, mientras que las Oficinas Regionales se encuentran en Panamá, Malasia y Sudáfrica.

Nuestra misión es defender y promover los derechos de los trabajadores, así como mejorar las condiciones laborales y de vida en nuestros sectores. La ICM, sobre todo, tiene un enfoque basado en los derechos. Creemos que los derechos sindicales son derechos os y por tanto, deben estar fundamentados en la igualdad, la solidaridad y la democracia. Los sindicatos son indispensables para la buena gobernanza.

Los objetivos de la ICM incluyen 1) promover y defender los derechos humanos y sindicales; 2) aumentar la fuerza sindical; 3) promover un nivel de empleo estable y alto en nuestros sectores; y 4) influir en política y fortalecer la capacidad de las instituciones y estructuras tripartitas en nuestros sectores.

©2020 Internacional de Trabajadores de la Construcción y la Madera (ICM). Se pueden extraer o citar partes de esta publicación bajo condición de que se reconozca la fuente.

Internacional de Trabajadores de la Construcción y la Madera (ICM)
Latin America and the Caribbean Region
Ciudad del Saber - Edificio 238
Piso 1 - Local A - Apartado
Postal 816-00769 Panama

+507 317-1270 +507 317-0089 lac@bwint.org
@ @BWIglobal www.bwint.org